



CUIDADO, ENVELHECIMENTO E RACIALIZAÇÃO: REFLEXÕES DE UM GRUPO DE MULHERES NO CRAS

CUIDADO, ENVEJECIMIENTO Y RACIALIZACIÓN: REFLEXIONES DE UN GRUPO DE MUJERES DEL CRAS

CARE, AGING AND RACIALIZATION: REFLECTIONS OF A GROUP OF WOMEN AT CRAS

Isadora Resende de Andrade¹
Marcelo Dalla Vecchia²

RESUMO: A atribuição dos trabalhos de cuidado às mulheres é aspecto notório das sociedades industrializadas, de modo que, mesmo que elas passem a ocupar espaços públicos, ampliam-se as responsabilidades, principalmente no que se refere aos encargos domésticos. Desse modo, torna-se relevante identificar como o exercício de cuidado aparece nas experiências compartilhadas pelas participantes de um grupo de mulheres de um CRAS, buscando analisar como esta prática grupal se constitui enquanto possibilidade de elaboração e transformação acerca do exercício do cuidado. Os dados produzidos na pesquisa foram submetidos à análise por núcleos de significação em que se observou a evidência e frequência da temática do trabalho de cuidado nos debates dos encontros grupais. Diante disso, foi possível se ater aos desdobramentos desse tema trazidos pelas participantes. Evidencia-se que a supervisão do lar e o cuidado com os familiares estão ligados aos papéis sociais atribuídos às mulheres. Além disso, o tema do trabalho de cuidado se encontra permeado pelos desafios do processo de envelhecimento experienciado por mulheres, denunciando uma escassez nas iniciativas e serviços que visam amparar mulheres no cuidado com seu próprio envelhecer e de outros membros da família. É notório ainda que as articulações das opressões de raça e gênero, além das questões de classe social, ocasionam que mulheres negras e pobres tenham condições de trabalho ainda mais precarizadas. Por fim, compreende-se que o desenvolvimento de práticas grupais apresenta potencialidades no que se refere à mobilização de discussões, a construção de um pensamento crítico acerca da realidade vivida e a abertura para a possibilidade de transformações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Processo grupal; Gênero; Trabalho de cuidado; Envelhecimento; Raça/etnia.

RESUMEN: La atribución del trabajo de cuidados a las mujeres es un aspecto notorio en las sociedades industrializadas, de modo que, aunque pasen a ocupar espacios públicos, sus responsabilidades aumentan, especialmente en lo que respecta a las responsabilidades domésticas. Por lo tanto, se vuelve relevante identificar cómo el ejercicio del cuidado aparece en las experiencias compartidas por las participantes de un grupo de mujeres en un CRAS, buscando analizar cómo esta práctica grupal se constituye como una posibilidad de elaboración y transformación en torno al ejercicio del cuidado. Los datos producidos en la investigación fueron sometidos a análisis por núcleos de significado en los que se observó la evidencia y frecuencia del tema del trabajo de cuidado en los debates en reuniones grupales. Ante esto, fue posible centrarse en los desarrollos de este tema planteados por los participantes. Es claro que la supervisión del hogar y el cuidado de los miembros de la familia están vinculados a los roles sociales atribuidos a las mujeres. Además, el tema del trabajo de cuidados está permeado por los desafíos del proceso de envejecimiento experimentado por las mujeres, revelando una falta de iniciativas y servicios que tengan como objetivo apoyar a las mujeres en el cuidado de su propio envejecimiento y el de otros miembros de la familia. También es notable que las articulaciones de la opresión racial y de género, además de las cuestiones de clase social, hacen que las mujeres negras pobres tengan condiciones laborales aún más precarias. Finalmente, se entiende que el desarrollo de prácticas grupales tiene potencial en términos de movilizar discusiones, construir pensamiento crítico sobre la realidad vivida y abrirse a la posibilidad de transformaciones sociales.

PALABRAS CLAVE: Proceso grupal; Género; Trabajo de cuidado; Envejecimiento; Raza/etnicidad.

ABSTRACT: The attribution of care work to women is a notorious aspect of industrialized societies, so that, even if they start to occupy public spaces, their responsibilities increase, especially with regard to domestic

¹ Psicologia pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) isadoraresendeandrade@gmail.com

² Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)
mdvecchia@gmail.com

responsibilities. Therefore, it becomes relevant to identify how the care duties show up in the experiences shared by the participants of a group of women in a CRAS, seeking to analyze how this group practice constitutes itself as a possibility of elaboration and transformation regarding the exercise of care. The data produced in the research were subjected to analysis by meaning cores in which the evidence and frequency of the theme of care work in debates at group meetings was observed. Given this, it was possible to focus on the developments of this topic brought up by the participants. It is clear that home responsibilities and care for family members are linked to the social roles attributed to women. Furthermore, the topic of care work is permeated by the challenges of the aging process experienced by women, revealing a lack of initiatives and services that aim to support women in caring for their own aging and that of other family members. It is also notable that the articulations of race and gender oppression, in addition to issues of social class, cause poor black women to have even more precarious working conditions. Finally, it is understood that the development of group practices has potential in terms of mobilizing discussions, building critical thinking about the lived reality and opening up to the possibility of social transformations.

KEYWORDS: Group process; Gender; Care work; Aging; Race/ethnicity.

1 INTRODUÇÃO

Conforme o Conselho Federal de Psicologia - CFP (2021), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), operada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atua no Brasil articulando e promovendo ações de proteção e garantia dos direitos sociais para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O Centro de Referência Social (CRAS), por sua vez, compõe as ações da proteção social básica e se estabelece no território enquanto porta de entrada para a organização, o acesso e o desenvolvimento de serviços voltados às famílias nele adscritas (CFP, 2021). Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS, 2017), nesse contexto, as ações propostas pela PNAS visam possibilitar, dentre outros objetivos, a convivência e fortalecimento de vínculos entre os sujeitos, entendendo que esses se constituem a partir das relações que estabelecem.

O atendimento às famílias no CRAS se dá de forma articulada, a fim de que haja a integração entre diversas frentes de ações que visem prevenir e combater as vulnerabilidades sociais das famílias atendidas. O CRAS, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), oferece de modo contínuo o acompanhamento dos sujeitos, considerando suas demandas e buscando favorecer um trabalho conjunto visando a consolidação de vínculos entre as famílias e a comunidade, bem como o enfrentamento das necessidades sociais identificadas (CPF, 2021). Outra frente do trabalho social com as famílias é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que, articulado ao PAIF, oferece, dentre outras ações, atividades com grupos com diversos enfoques, os quais vislumbram ampliar o acolhimento dos sujeitos atendidos, favorecer o desenvolvimento de potencialidades e fortalecer os vínculos comunitários (CFP, 2021).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b) determina os sujeitos atendidos pelo trabalho da Assistência Social como aqueles que se encontram vulneráveis socialmente devido às circunstâncias de pobreza e de pouco ou nenhum acesso aos serviços públicos, além de estarem com fragilidades nos vínculos de pertencimento e/ou sociabilidade no território de abrangência do CRAS. Além disso, segundo Carloto e Mariano (2010), a PNAS determina que o foco de suas ações e serviços deve ser direcionado à família, refletindo o cenário histórico das políticas sociais do Estado a partir do século XX.

Nesse sentido, conforme Azeredo (2010), a concepção de família é polissêmica, e essa polissemia precisa ser considerada a partir de sua inserção em desigualdades sociais historicamente estabelecidas. As famílias a quem se voltam os serviços ofertados pelas políticas de Assistência social são aquelas onde prevalecem situações de pobreza (BRASIL, 2009b). Azeredo (2010) assinala que esses sujeitos se encontram inseridos em realidades majoritariamente marcadas pelo desemprego ou pelo trabalho com baixa remuneração, pela escassez de oportunidades educacionais, pelo acesso restrito aos serviços de saúde e moradias de baixa qualidade, além da segregação social e territorial. Soma-se a este quadro, conforme Carloto e Mariano (2010), um persistente entendimento da estrutura familiar, ainda na atualidade, sob a lógica da divisão sexual do trabalho e do patriarcado.

Federici (2017) resgata que essa concepção, ainda vigente, persiste desde seu surgimento na transição do feudalismo ao capitalismo, quando foram apartados os trabalhos de produção e de reprodução social, e as mulheres foram direcionadas à esfera doméstica, à medida em que suas atividades eram presumidas como parte de uma pressuposta “natureza feminina” e não reconhecidas enquanto trabalho. Carloto e Mariano (2010) ressaltam que, por consequência, a organização familiar ainda se baseia em uma aparente reciprocidade de papéis, onde as responsabilidades atinentes aos papéis familiares se guiam através de padrões norteados por relações de gênero, fato esse que explicita a importância de se pensar as consequências das desigualdades de responsabilidades entre homens e mulheres no âmbito familiar.

Com efeito, para Carloto e Mariano (2010), mesmo tendo como foco a “família”, as políticas de Assistência Social acabam por ter a mulher enquanto mediadora entre o privado do âmbito familiar e o público do âmbito das políticas. Assim, ainda conforme essas autoras, o direcionamento das políticas públicas às mulheres expressa uma naturalização da família enquanto o espaço de atuação das mulheres e o mundo do trabalho remunerado enquanto a esfera onde atuam os homens. Por consequência, segundo o CFP (2021), é notória uma maior participação das mulheres nos programas e atividades propostas pelo CRAS, expressando a lógica patriarcal hegemônica, na qual o homem é o provedor e a mulher a mantenedora do lar.

O lugar da mulher enquanto administradora da vida doméstica a responsabiliza inclusive por tarefas de provimento de recursos financeiros e de manutenção do lar, fato esse que, conforme Macedo (2008), explicita a necessidade de se considerar o lugar de chefia dos lares ocupado por mulheres. A chefia feminina das famílias é um fenômeno multideterminado, podendo ser observado em famílias de mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas. Esse fenômeno se diferencia da chefia masculina, como destaca Macedo (2008), à medida em que os homens chefes de família se encontram em condições mais favoráveis seja com relação a uma melhor remuneração da força de trabalho, quanto com relação à possibilidade de contar com as mulheres para a realização dos trabalhos de reprodução no âmbito doméstico. Tal cenário, todavia, segundo a autora, por vezes é ocultado em favor de uma noção de família supostamente homogênea, que choca com o modelo dominante de gênero, ao impor funções pré-estabelecidas aos membros norteadas por aspectos como sexo e idade.

Diante disso, Azeredo (2010) argumenta que a designação às mulheres dos cuidados domésticos e afetivos é um aspecto notório das sociedades industrializadas e, por mais que as mulheres ocupem espaços públicos, o que se percebe é a ampliação das responsabilidades a elas incutidas, às quais permanecem concentrados os encargos domésticos. Desse modo, conforme Macedo (2008), a ampliação da desigualdade de gênero que se dá neste contexto de família e lares chefiados por mulheres explicita a sobrecarga das duplas e triplas jornadas impostas às mulheres.

Federici (2019) compreende que as funções domésticas exercidas pelas mulheres se constituem enquanto a base para o capitalismo e abrangem mais do que os cuidados com a casa, incluindo também os serviços físicos, emocionais e sexuais direcionados àqueles que hegemonizam a esfera pública. Por outro lado, segundo a autora, ocupar os espaços de trabalho remunerado não significou um apaziguamento das funções desempenhadas na esfera do lar, pelo contrário, levou a uma restrição ainda maior de tempo e de energia para as mulheres. Assim, Macedo (2008) aponta que mulheres ocupam simultaneamente as funções de produção e reprodução social, enquanto os homens chefes de família podem contar com o trabalho de cuidado ainda socialmente imposto e exercido por mulheres, as quais ocupam adicionalmente a esfera pública do trabalho.

Milani et al. (2001) afirmam que a perspectiva histórico-cultural compreende que o desenvolvimento e atribuição de papéis sociais contraditórios e excludentes entre homens e mulheres ocorre pela desigual inserção dos sujeitos nos processos de apropriação e objetivação da produção social humana. Consistentemente com essa ideia, hooks (2018) destaca que perdura no imaginário social a dominação masculina no que se refere à vida doméstica, estando

os homens presentes ou não, sendo o trabalho doméstico e o exercício de funções de cuidado desenvolvidos enquanto papéis socialmente designados às mulheres, por mais que elas conquistem espaços no mundo do trabalho ou se tornem chefes de família.

Desse modo, há ainda de se considerar as vivências de mulheres negras neste cenário, tendo em vista que essas exercem atividades trabalhistas voltadas não só para o âmbito de suas próprias casas, mas também atividades domésticas para famílias de classe média e alta (Gonzalez, 2020). As mulheres negras são permeadas pelos efeitos nocivos que o racismo, juntamente com o sexismo, produzem sobre os diversos aspectos de suas vidas (Carneiro, 2011). Nesse sentido, a divisão do trabalho é tanto sexual como racial e, por isso, a discriminação da mulher negra perpassa os aspectos da raça, da classe e do sexo, o que diz sobre suas possibilidades de lugar na força de trabalho (Gonzalez, 2020).

Tendo em vista as possíveis contribuições da Psicologia na superação desses desafios, as orientações elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) apontam que o papel da psicóloga na Assistência Social se dá junto da equipe multiprofissional do serviço (Brasil, 2009a). Dessa forma, recomenda-se evitar um enfoque em clínica extensa neste contexto, que deve se concentrar no acolhimento de questões subjetivas envolvidas na ocorrência de vulnerabilidades e riscos sociais para as famílias e usuários do CRAS. Para o CFP (2021), a psicóloga deve promover o acolhimento das famílias, a mediação de situações familiares, a promoção de atividades grupais, além do desenvolvimento de ações nos domicílios e no território em geral, como visitas domiciliares e projetos específicos para o acolhimento de vulnerabilidades. Com isso, busca-se oportunizar a prevenção da ruptura de vínculos familiares e comunitários, prezando pela construção de autonomia dos sujeitos atendidos (BRASIL, 2009a).

A Psicologia no âmbito da Assistência Social, nesse sentido, pode se fazer presente na promoção e acompanhamento de atividades grupais, dentre outras ações coletivas no território. Afonso e Fadul (2015) defendem que o trabalho com grupos deve ser desenvolvido pela equipe técnica do CRAS junto da população atendida, a partir do mapeamento das necessidades e potencialidades da comunidade e sua articulação com planos de ação voltados ao território. Para isso, segundo as autoras, é fundamental um desenvolvimento democrático e coletivo de práticas de intervenção psicossocial que possibilitem a produção de conhecimento dos sujeitos sobre si mesmos e sobre as circunstâncias em que estão inseridos, e que favoreça o desenvolvimento de ações pertinentes ao contexto histórico-social.

Nesse sentido, Lane (1984) aponta para o fato de que os processos grupais se caracterizam enquanto possibilidades de transformação ou manutenção das relações sociais,

tendo em vista sua inserção em uma totalidade maior. Nesse sentido, há de se considerar a relação dialética entre indivíduo e sociedade, à medida que o ser humano resulta de mediações histórico-sociais, ao mesmo tempo em que a ação humana constitui historicamente a sociedade como produto da ação coletiva. Lane (1984) sustenta que, em um processo dialético de interiorização-exteriorização há a solidificação de padrões sociais no curso da história, que instituem formas pré-definidas de ser e agir, o que fortalece a possibilidade de controle, por exemplo, dos papéis incumbidos às mulheres. Trata-se, conforme discorre Saffioti (1997), de um nó, no qual os processos de subjetivação-objetivação na sociedade se dão pelas apropriações dos sujeitos frente à práxis humana que é permeada não só pela divisão de classes sociais, mas pelos imperativos de gênero e raça, que aprofundam processos de opressão, dominação e exploração.

Assim, em consonância com o que propõem Pereira e Sawaia (2020), busca-se na Psicologia Histórico-Cultural uma base para se pensar os processos grupais, de modo a prezar pela relação teórico-prática de modo consistente com os fundamentos do materialismo histórico e dialético. As autoras argumentam que o trabalho com grupos são oportunidades de transformação social, a partir do fomento de sujeitos reflexivos e questionadores, o que se acredita ser possível por meio das práticas grupais. Desse modo, os grupos viabilizam que haja o surgimento de potências coletivas e individuais a partir dos encontros, a fim de que a ação possa emergir.

Em face do exposto, nota-se que, historicamente, o trabalho de cuidado foi vinculado ao papel de gênero desempenhado por mulheres. Desse modo, é relevante identificar como o exercício de cuidado aparece nas experiências compartilhadas pelas participantes de um processo grupal desenvolvido no âmbito de um CRAS, buscando-se analisar como esta prática grupal se constitui enquanto possibilidade de elaboração e transformação acerca da temática do cuidado. O artigo ora apresentado constitui-se em um recorte de uma pesquisa de iniciação científica, enfocando como a temática do cuidado é abordada pelas participantes de um grupo inserido no referido contexto.

2 METODOLOGIA

O estudo desenvolvido baseia-se nas premissas da Psicologia Histórico-Cultural e nas contribuições de Pereira e Sawaia (2020) para pensar as práticas grupais. A partir dos fundamentos do materialismo histórico e dialético, atividades em grupo são concebidas enquanto oportunidades de ganhos de autoconsciência e consciência social, mediando

processos de emancipação social. Lane (1984) assinala que tais mediações oportunizam movimentos de superação do grupo em-si na direção de um grupo para-si.

O processo grupal em questão ocorre semanalmente, desde o ano de 2022, em uma unidade do CRAS de um município do interior de Minas Gerais, proposto a partir de um estágio curricular oferecido aos estudantes de graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), intitulado Intervenção Psicossocial com Grupos. O grupo conta com a participação de em média 10 integrantes, sendo acompanhado por duas coordenadoras, estudantes de Psicologia da UFSJ, sob supervisão de campo da psicóloga que atua no CRAS, além de supervisão acadêmica semanal. Os encontros têm duração média de uma hora e ocorrem no próprio espaço do CRAS. A estratégia de planejamento e condução do grupo se inspira na Oficina de Intervenção Psicossocial proposta por Afonso (2018), e se subsidia teoricamente pela perspectiva das Práticas Grupais desenvolvida por Pereira e Sawaia (2020). Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial.

Os dados utilizados na pesquisa referem-se aos registros por escrito resultantes das percepções de uma das coordenadoras do grupo, gerando diários de campo, elaborados no transcorrer dos encontros grupais ocorridos entre setembro de 2022 e junho de 2023. Não são analisados e nem expostos dados de identificação das participantes do grupo, bem como não há intervenção direta sobre elas. As precauções éticas propostas conduziram à autorização institucional para o desenvolvimento da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSJ) através do parecer de número 6.549.932, abarcando também as formas de armazenamento e sigilo de dados, apresentação dos benefícios e malefícios previstos pela pesquisa e modos de evitar possíveis danos.

Os dados produzidos na pesquisa foram submetidos à análise por núcleos de significação proposta Aguiar et al. (2021), consistindo em uma variante que busca oportunizar a análise de sentidos e significados elaborados e desenvolvidos em encontros grupais. Foram adotadas as etapas propostas por Aguiar e Ozella (2006) de (a) leitura do material e organização de pré-indicadores, tais como mudanças abruptas no fluxo do discurso, temas que conduzem à excessivo consenso ou dissenso, criação de alianças e frações, manifestações de competição, rivalidade, hostilidade etc.; (b) busca por conexões entre os pré-indicadores e o estabelecimento de indicadores, oportunizando aprofundamento e síntese analítica interna a cada um deles; (c) nomeação de núcleos de significação pela articulação de conteúdos e como manifestação dessa articulação e, por fim, (d) a análise intra e inter-núcleos, buscando abranger os dados de pesquisa construídos em uma perspectiva da totalidade como propriedade da construção do

conhecimento fundamentado na lógica dialética, mediados pela particularidade do processo grupal analisado.

A partir das leituras e análises dos diários de campo observou-se a temática do trabalho de cuidado enquanto evidente e frequente nos debates dos encontros grupais. Diante disso, partindo da metodologia apresentada, foi possível se ater aos desdobramentos desse tema trazidos pelas participantes, culminando na delimitação dos núcleos de significação apresentados e discutidos a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O trabalho doméstico e o cuidado com familiares

Os afazeres domésticos e o cuidado com a família são temáticas que atravessam os encontros do grupo de mulheres do CRAS e que levam à necessidade de se pensar criticamente sobre as suas implicações psicossociais para as integrantes. Para isso, parte-se da concepção de gênero indicada por Scott (1995), para quem o gênero é tido como um aspecto característico das relações sociais que se dá com base nas diferenciações entre os sexos, bem como uma maneira de significar as relações de poder. Em decorrência de tais diferenciações, o trabalho no âmbito do lar é designado e naturalizado às mulheres, convertendo-se, segundo Federici (2019), em um elemento intrínseco, em uma necessidade interna ou em uma aspiração.

No decorrer dos encontros realizados no CRAS foi trazido pelas participantes do grupo a expressão “Mulher Amélia”, ao se debater acerca dos significados do ser mulher na sociedade. A expressão, anteriormente desconhecida pelas coordenadoras, diziam respeito a uma música de Mário Lago e Ataulfo Alves Pereira, denominada “Ai! que saudade da Amélia” (Lago; Pereira, 1968), que aborda o estereótipo da mulher submissa e ideal, que desempenha funções domésticas e se dedica ao lar e ao cuidado com o marido. Desse modo, buscou-se explorar com o grupo os sentidos da suposta “Mulher Amélia”, realizando-se uma atividade na qual uma das participantes se deitou sobre um grande papel estirado ao chão e teve seu corpo contornado. Assim, foi proposto que as integrantes do grupo desenvolvessem juntas o que poderia ser compreendido através da figura da “Mulher Amélia” representada pelo desenho.

Dentro do contorno as participantes passaram a escrever o que viesse à tona, de modo que ao final pode-se visualizar palavras e frases como “culpa”, “falta de reconhecimento”, “batalhadora”, “sem vaidade”, “desvalorizada”, “cobrança familiar”, entre outras. Por meio dessa atividade, foi oportunizada a discussão e reflexão em torno dos papéis desempenhados

por mulheres no casamento e no cuidado com o lar. Beauvoir (2016), a esse respeito, aponta que a partir do casamento a mulher passa a desenvolver o trabalho doméstico, como elemento de manutenção da sociedade familiar. Entretanto, segundo a autora, o trabalho doméstico é demasiado geral e inessencial: tem utilidade à vida, mas que não lhe dá sentido.

O entendimento de que faz parte da definição de “esposa” exercer obrigações no cuidado com o marido são manifestas no grupo com falas tais como “quem te comeu a carne que te roa os ossos”, dita por uma das participantes ao buscar descrever as obrigações impostas às mulheres no casamento. Essa expressão, bem como as palavras que surgiram no decurso da atividade da “Mulher Amélia”, manifestam a naturalização dos papéis atribuídos à mulher na esfera do casamento e da casa. Consequentemente, segundo Hooks (2018), enquanto o lar é um ambiente de relaxamento para os homens, para as mulheres se torna um ambiente de trabalho, dado o acúmulo de tarefas voltadas a atender as demandas dos membros da família.

Além da sobrecarga de atividades proveniente das implicações dos papéis atribuídos à figura da mulher enquanto esposa, nos encontros do grupo de mulheres o exercício do cuidado é comumente relatado pelas participantes enquanto atrelado aos cuidados com outros membros da família. O envelhecimento dos familiares torna-se, diante dos relatos das integrantes, uma problemática a ser enfrentada. Federici (2019) aponta a exaustão física e mental que mulheres sofrem no processo de dedicar cuidados aos mais velhos, comumente realizado concomitantemente ao trabalho assalariado. Desse modo, diante dos problemas de saúde desencadeados pela velhice, com a consequente diminuição da autonomia dos sujeitos, há um aumento dos encargos de cuidado por essas mulheres relacionado às obrigações assumidas no cuidado com os familiares.

Esse cenário e as discussões que emergiram no grupo possibilitaram explicitar como se dá o direcionamento da responsabilização do cuidado com os idosos às mulheres, o que demonstra uma escassez ou fragilidade em outros pontos da rede social dos sujeitos envelhecidos que poderiam apoiar a prestação de cuidados durante a velhice. Nesse sentido, Costa (2023) aponta para a privatização da esfera privada, levando à isenção do Estado da responsabilidade pela garantia e articulação de modos de prover cuidado aos sujeitos, e favorecendo que se atribua às mulheres a tarefa de cuidar de crianças, idosos e pessoas com deficiência. Desse modo, evidencia-se como a manutenção da ordem do lar e o cuidado com os familiares encontram-se intimamente ligados aos papéis sociais atribuídos às mulheres.

3.2 O trabalho de cuidado e a velhice

À medida que as integrantes do grupo compartilhavam suas experiências relacionadas ao processo de envelhecimento e cuidado com outros membros da família, enfatizavam também o seu próprio envelhecer. No que se refere ao fenômeno do envelhecimento na sociedade a partir das tendências contemporâneas, Dias e Serra (2018) apontam que o Brasil vem apresentando um decréscimo nas taxas de natalidade e mortalidade e uma ampliação na população com idade de 60 anos ou mais. O grupo de mulheres no CRAS em questão, como expressão desta tendência, tem um perfil no qual a maior parte das integrantes possui idade média entre 60 e 70 anos. Por isso, nos encontros a temática do envelhecimento humano ganha notoriedade nas discussões, o que oportuniza debates acerca da feminização da velhice, que diz respeito a uma desigualdade entre os gêneros diante da expectativa de vida e uma tendência à longevidade em mulheres (Salgado, 2002).

Salgado (2002) aponta que a feminização da velhice implica no enfrentamento de aspectos como a viuvez, devido ao corriqueiro cenário do casamento entre mulheres mais jovens e homens mais velhos, e de desafios desencadeados por uma menor escolaridade e qualificação profissional entre mulheres. Além disso, dentre os diversos fatores que perpassam o envelhecimento feminino, Dias e Serra (2018) ressaltam a propensão a estados depressivos, solidão e abandono, frente às múltiplas jornadas de trabalho, nas quais se incluem o trabalho de cuidado com o lar e com os familiares. Esse cenário leva a mulher idosa a um contexto de vulnerabilidade, em que, segundo Salgado (2002), são invisibilizadas suas necessidades emocionais, econômicas e físicas.

Federici (2019) assinala que, de maneira contraditória, quanto mais as mulheres dispõem cuidado a outros, menos cuidados recebem para si mesmas. Ainda segundo a autora, a desvalorização do trabalho reprodutivo acarreta às mulheres uma vivência da velhice com menos recursos, renda e apoio familiar. Assim, como apontam Dias e Serra (2018), o fenômeno do envelhecimento para as mulheres pode ser visto enquanto uma questão paradoxal, em que papel de cuidadora designado e exercido por elas durante a vida não se transforma reciprocamente no recebimento de cuidados durante a velhice. O que se vê, ao contrário, segundo as autoras, é uma desvinculação das redes de convívio e um aumento do isolamento social, além de relações problemáticas no convívio familiar, onde comumente imperam a incidência de maus tratos pelos membros da família, fato esse mencionado nos relatos das participantes do grupo de mulheres.

Diante disso, buscou-se abordar a temática do envelhecimento e seus desdobramentos, como se deu no caso do encontro que enfocou “Saúde e Território”. Na ocasião, buscou-se oportunizar a discussão grupal em torno da convivência e do fortalecimento de vínculos entre as participantes e o território, bem como acerca do cuidado consigo mesmas. Para isso, utilizou-se de uma narrativa fictícia de uma personagem a qual acabara de se mudar para o bairro em questão. A partir da história contada as coordenadoras propuseram que se construísse um “mapa” do território, de modo que, com uma cartolina exposta, ilustrada como uma “planta” do bairro, as participantes buscassem juntas pensar em pontos de apoio que pudessem ser encontrados no território para acolher necessidades de cuidado para a personagem fictícia e, em certo sentido, para elas próprias.

A atividade possibilitou que fossem trocadas, entre as participantes, informações antes desconhecidas por elas, bem como a elucidação acerca dos serviços ofertados pela rede pública de saúde do município. Além disso, o artifício da história fictícia contada favoreceu que as participantes tomassem como real a personagem, tratando-a como alguém que de fato precisava ser ajudada pelo grupo para se localizar diante dos serviços de saúde do território. Foi possível ainda a ampliação da reflexão e a discussão sobre as formas de desenvolver ações de cuidado, compreendendo o cuidar de si enquanto aspecto que integra diferentes esferas e práticas da vida cotidiana.

Diante disso, foi possível considerar as vulnerabilidades e potencialidades apresentadas pelo território. Além disso, pode-se vislumbrar espaços no município que oferecem atividades voltadas para idosos como associações de idosos, atividades de extensão da UFSJ oferecidas para este público, atendimentos psicoterapêuticos com ênfase nesta população etc. Entretanto, observa-se que ainda são escassas as possibilidades, meios de acesso e divulgação de tais serviços, o que culmina na urgência de que mais iniciativas sejam desenvolvidas buscando amparar a problemática do envelhecimento.

3.3 As múltiplas jornadas de trabalho e as implicações étnico-raciais

Pensar o trabalho de cuidado exercido por mulheres implica questionar a possibilidade de conciliação de diversas outras funções que se desdobram em múltiplas jornadas de trabalho. Para Gonzalez (2020) a herança escravocrata socialmente constituída na história brasileira desencadeia experiências distintas entre mulheres negras e brancas, de modo que o trabalho doméstico foi imposto historicamente às mulheres negras, inclusive nas casas de outras famílias. Tal discussão se faz importante à medida que se verifica a prevalência de mulheres

negras integrantes do grupo de mulheres no CRAS. Os encontros grupais proporcionaram discussões em torno do trabalho exercido por elas desde a infância, em casas de famílias e fazendas, enquanto empregadas domésticas e cuidadoras de crianças.

Pensando nisso, foi proposto em um dos encontros do grupo de mulheres do CRAS, em que se abordou a temática “Trabalho”, a leitura de manchetes de matérias jornalísticas que diziam respeito ao cotidiano do trabalho vivenciado por mulheres, a fim de oportunizar a discussão sobre o tema. As manchetes destacavam: “Mulher fica emocionada ao conseguir aposentadoria após 50 anos de trabalho na roça”, “SP terá, pela primeira vez na história, trabalhadora doméstica como deputada estadual”, “Câmara aprova PEC das domésticas em primeiro turno”, “Cai participação de mulheres negras no mercado de trabalho em relação ao período pré-pandemia”, “35% das mulheres têm medo de engravidar e perder o emprego, diz pesquisa”. Expostas as manchetes, foi aberta a discussão para que as integrantes comentassem o que era nelas relatado com base em suas próprias experiências de trabalho.

Destacou-se na fala das participantes negras o fato de terem exercido desde muito jovens o cuidado com a casa e com crianças. Uma das integrantes do grupo destaca sua responsabilidade por cozinhar em casa desde seus 8 anos, tendo que ter o auxílio de um banco para alcançar o fogão. Outra integrante comenta ter exercido trabalhos informais durante toda a vida, principalmente no cuidado de crianças, desde muito jovem e que, por isso, não teve direito à aposentadoria. Tais relatos podem ser relacionados com o que aponta Gonzalez (2020) a respeito do fato de que as mulheres negras, após a abolição da escravidão, arcaram com o sustento moral e a subsistência dos demais familiares, sendo que além das suas próprias obrigações familiares, exerciam o trabalho doméstico nas casas das patroas.

Dois outros relatos de integrantes brancas que compõem o grupo, por sua vez, revelam como a esfera do trabalho foi por elas experienciada. Uma dessas integrantes resgata que exercia trabalhos como manicure e artesã na própria casa, o que permitia que cuidasse dos filhos simultaneamente. Essa narrativa ilustra o que argumenta Azeredo (2010) acerca da maternidade enquanto um marco designado à identidade feminina, impondo a responsabilidade e o cuidado dos filhos como parte da natureza das mulheres. No relato de outra participante, o casamento incidiu na relação com o trabalho, visto que após o casamento o marido teria exigido que ela parasse de trabalhar, o que só não se realizou após muito embate com o companheiro. Diante disso, compreende-se a influência da divisão sexual do trabalho, que é articulada histórica e socialmente e que ainda impera nas famílias, designando à mulher âmbito privado do lar (Hirata; Kergoat, 2007).

Nota-se que, diante das experiências compartilhadas coletivamente no grupo acerca do âmbito do trabalho, há de se considerar semelhanças e diferenças nas experiências vividas por mulheres negras e brancas. Nesse sentido, Costa (2023) aponta para o fato de que, para além das questões de classe social, as opressões de raça e gênero, a ela articuladas, submetem mulheres negras e pobres a condições de trabalho ainda mais precarizadas. Além disso, o acesso ao mercado de trabalho por mulheres ainda é demarcado para o desempenho de funções em setores relacionados ao cuidado e à educação, bem como os setores mais precarizados de serviços são ocupados majoritariamente por mulheres negras (Milani; Silva; Almeida, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ora apresentado buscou articular a experiência grupal experienciada por mulheres no contexto da Assistência Social e as compreensões teóricas acerca do trabalho de cuidado quanto às suas implicações de classe social articuladas às questões de gênero e raça. Desse modo, apostou-se na potência grupal enquanto possibilidade para o que Lane aponta (1984) enquanto reconhecimento da história dos membros de um grupo pelas formas em que esses se manifestam concretamente no acontecer grupal. Além disso, acredita-se que os grupos no âmbito da Assistência Social são um importante espaço para promoção de trocas que viabilizam a criação e o fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento da autonomia para os sujeitos atendidos (BRASIL, 2009a).

A participação das mulheres integrantes do grupo do CRAS explicita, a partir de seus relatos, os entrelaçamentos entre vivências marcadas pelos papéis sociais atribuídos às mulheres. O percurso civilizatório naturalizou, de modo objetivo e subjetivo, as relações de exploração-dominação-opressão e, frente a isso, o movimento grupal se faz relevante à medida em que oportuniza que se abarque as questões relativas ao território, as quais evidenciam os modos de vida, a cultura e a história e oportunizam a apropriação acerca da configuração de exploração, dominação e opressão em que se está inserido (Brambilla; Kahhale, 2022).

Desse modo, a pesquisa em questão oportuniza vislumbrar potencialidades das práticas grupais, no que se refere à mobilização de discussões, o que favorece o desenvolvimento de um pensamento crítico acerca da realidade vivida e conseqüentemente a abertura para a possibilidade de transformações sociais, além de oportunizar a criação e fortalecimento de vínculos entre as mulheres do território. Além disso, a discussão acerca da temática do trabalho de cuidado, especificamente, se faz importante e necessária, de modo a compreender as determinações sociais, históricas e políticas da persistente manutenção das mulheres na posição

central do exercício de funções de cuidado ainda na atualidade. Em contrapartida, a análise de experiências como essa, de um grupo de mulheres em um CRAS, evidencia os desafios para que uma situação de emancipação social mais abrangente seja conquistada por mulheres em condições tais quais as participantes do grupo analisado. Barreiras de ordem estrutural sustentam papéis de gênero ainda fortemente naturalizados na sociedade, o que exige um esforço maior e coletivo para que haja maiores possibilidades de transformações sociais.

O trabalho de cuidado realizado por mulheres, conforme se pretendeu destrinchar neste artigo, demonstra o que está por trás da vigência das lógicas patriarcal e capitalista. Corroborando os achados da presente pesquisa, Andrade (2015) argumenta que os modos de produção e reprodução da vida colaboram para a persistência desta ordem social devido ao constante direcionamento de mulheres às funções de cuidado, de modo que mesmo com o acesso ao mercado de trabalho acabam por ter as obrigações domésticas somadas às outras funções que desempenham. Esse cenário aponta para o que Federici (2019) diz da naturalização do trabalho doméstico enquanto parte da “feminilidade”, processo que ocorre na vinculação das habilidades domésticas e o exercício de cuidado com os outros enquanto competências adquiridas ao nascer.

Na direção de superar este estado de coisas, Brambilla e Kahhale (2022) apontam para a necessidade de uma desnaturalização dos processos de dominação de classe, em sua articulação com as opressões de raça e gênero. Nesse sentido, hooks (2021) sustenta que a ética amorosa se apresenta enquanto possibilidade de estabelecimento de vínculos coletivos que possam atravessar as diferentes esferas da vida e oferecer um conjunto de valores que vislumbrem um viver pleno e bom. Por fim, aposta-se no processo grupal para mulheres enquanto mobilizador daquilo que Pereira e Sawaia (2020) apontam como bons encontros, capazes de potencializar a conscientização e facilitar a imersão em atitudes transformadoras, individuais e coletivas.

Por fim, pode-se destacar a importância de que estudos futuros se dediquem à temática do trabalho de cuidado realizado por mulheres, tendo em vista a importância deste debate para o fomento de políticas públicas e ações sociais voltadas a esse público. Por isso, acredita-se que a pesquisa em questão permite vislumbrar uma prática profissional de psicólogas e demais profissionais atrelados aos SUAS mais crítica e implicada nas questões experienciadas pelas usuárias do serviço. Pesquisas e relatos de experiência que demonstrem atividades que já ocorrem no contexto da Assistência Social têm o potencial de subsidiar o desenvolvimento de novas propostas e para a continuidade daquelas que vêm apresentando contribuições favoráveis à emancipação social das usuárias.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial. In AFONSO, Maria Lúcia Miranda. (Org.). **Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial**. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2018, 9-61.

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; FADUL, Fabiana Meijon. O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 140-154, jun. 2015.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082015000100012

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 222–245, jun. 2006. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006>

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; ARANHA, Elvira Maria Godinho; SOARES, Júlio Ribeiro. Núcleos de significação: análise dialética das significações produzidas em grupo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e07305, 2021. <https://doi.org/10.1590/198053147305>

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 265–300, 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151810>

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social & Sociedade**, n. 103, p. 576–590, 2010.
<https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000300009>

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRAMBILLA, Beatriz; KAHHALE, Edna. O nó exploração-dominação-opressão e a fusão classe-raça/etnia-gênero segundo a Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, Ana Maria et al (org). **Psicologia Sócio-Histórica: contribuições à leitura de questões sociais**. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2022. p. 81-105.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência da Assistência Social**. Brasília, DF: 2009a.
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS/SUAS 190**. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, DF: 2009b.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social.

Revista Estudos Feministas, v. 18, n. 2, p. 451–471, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200009>

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) no CRAS/SUAS**. 2021. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-no-cras-suas>

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

DIAS, Marly de Jesus Sá.; SERRA, Jacira. Mulher, velhice e solidão: uma tríade contemporânea?. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 9–30, 2018. <https://doi.org/10.20396/sss.v17i1.8655190>

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. *Revista Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, vol. 37, nº 132, p. 596-609, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**. São Paulo: Elefante, 2021.

LAGO, Mario; PEREIRA, Ataulfo. Ai! que saudade da Amélia. Compositor: Mario Lago. Intérprete: Ataulfo Pereira. [S. l.]: Odeon, 1968. cd.

LANE, Silvia. O processo grupal. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp. 78-98). Brasiliense, 1984.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 385–399, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200013>

PEREIRA, Eliane Regina; SAWAIA, Bader Burihan. **Práticas grupais: espaço de diálogo e potência**. 1. ed. São Paulo: Pedro & João Editores, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Revista Lutas sociais** 2, São Paulo, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais PUC-SP, p. 56-79, 1997. <https://doi.org/10.23925/ls.v0i2.18789>

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. Mulher Idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 4, 2002. <https://doi.org/10.22456/2316-2171.4716>

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

MILANI, Giovana Durat, SILVA, Graziela Lucchesi Rosa, ALMEIDA, Melissa Rodrigues. Impactos da violência de gênero na produção da subjetividade de mulheres: contribuições da psicologia histórico-cultural. In BELLENZANI, R., CARVALHO, B. P. (org.). **Psicologia Histórico Cultural na Universidade**. Pesquisas Implicadas. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 125 - 162, 2021.